



CÂMARA DOS DEPUTADOS

COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO FINANCEIRA E CONTROLE

REQUERIMENTO Nº _____, DE 2011
(do Sr. Duarte Nogueira)

Requer que seja convocado o Senhor **Fernando Haddad**, Ministro da Educação, para expor acerca de notícias veiculadas na imprensa nacional com relação à contratação do Centro de Seleção e Promoção de Eventos (CESPE) vinculado à Universidade de Brasília (UnB) para realização do Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM) 2011 por valor de três vezes superior ao que foi gasto no último ENEM, sem observância da Lei de Licitações, cujo ato foi suspenso pelo Tribunal de Contas da União (TCU); contratação de ONG de músicos sertanejos para proteção de dados do INEP e vazamento de questões em prova do ENEM

Senhor Presidente,

Requeiro a V. Exa., com base no art. 50, § 1º da Constituição Federal, combinado com o art. 219, I, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados que, ouvido o plenário, se digne a adotar as providências necessárias para convocar o Senhor **Fernando Haddad**, Ministro da Educação, para expor acerca de notícias veiculadas na imprensa nacional acerca da contratação do Centro de Seleção e Promoção de Eventos (CESPE) vinculado à Universidade de Brasília, para realização do Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM) pelo valor de três vezes superior ao que foi gasto no último ENEM, sem observância da contratação de ONG de músicos sertanejos para proteção de dados do INEP e vazamento de questões em prova do ENEM.

JUSTIFICAÇÃO

As denúncias publicadas pela imprensa nacional dão conta de mais sucessão de problemas na operacionalização do Exame Nacional de Ensino Médio (ENEM) 2011, com decisões polêmicas do Ministério da Educação (MEC) e do Ministro Fernando Haddad.



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Desde 2009, o que se vê é uma sucessão de problemas e decisões administrativas que não apontam para uma melhoria e solução dos problemas apontados.

A última versão destes fatos foi a contratação do Centro de Seleção e Promoção de Eventos (CESPE), vinculado à Universidade de Brasília, transformado em empresa pública pelo MEC, sem licitação, para aplicar o ENEM de 2011, a um custo de R\$ 372,5 milhões. Valor este três vezes superior ao que foi gasto pelo MEC no último ENEM, que custou 128,5 milhões.

A diferença é tão grande que o Tribunal de Contas da União (TCU) determinou a suspensão do pagamento, até que o MEC se manifeste sobre a adequação dos valores. A controladoria do TCU já havia advertido as autoridades educacionais para que não voltassem a recorrer a subterfúgios legais para autorizar a dispensa de licitação.

Segundo Editorial do Jornal O Estado de São Paulo, de 21 de agosto de 2011, na íntegra:

“Novas confusões com o Enem

A sucessão de trapalhadas com o Exame Nacional do Ensino Médio (Enem) continua sendo a demonstração mais exemplar da inépcia administrativa que tomou conta do Ministério da Educação (MEC), na gestão do ministro Fernando Haddad.

Em 2009, o vazamento das questões obrigou o órgão a adiar a prova, o que acarretou prejuízo para os cofres públicos e prejudicou o cronograma de muitas instituições universitárias, uma vez que os resultados do Enem contam pontos para os vestibulares. Na edição de 2010, houve problemas com a licitação para a escolha da gráfica, 21 mil cadernos de perguntas e o cabeçalho da folha de respostas foram impressos com erros, o sistema de informática do MEC não foi planejado para atender o número de candidatos inscritos e a Justiça chegou a conceder liminares cancelando o exame, o que obrigou o governo a recorrer às pressas ao Tribunal Regional Federal, para não adiá-lo.

Este ano, procurando evitar problemas judiciais com a licitação dos órgãos encarregados de preparar e aplicar o Enem, o MEC propôs a transformação do Centro de Seleção e Promoção de Eventos (Cespe), vinculado à Universidade de Brasília, em empresa pública e decidiu contratá-lo, sem licitação, para aplicar o próximo teste. O Cespe foi criado para preparar os vestibulares da UnB e, com o tempo, passou a implementar projetos de avaliação educacional e a promover concursos para carreiras da administração pública.

Para as autoridades educacionais, a transformação do Cespe no Centro Brasileiro de Seleção e de Promoção de Eventos - uma espécie de "Concursosbrás"- evitaria a realização de licitações e a escolha de empresas sem experiência em matéria de avaliação de ensino. Para firmar o acordo com o MEC, a UnB pediu que o Cespe continuasse gozando de imunidade tributária, mesmo sendo convertido em empresa estatal. O pedido foi aceito, o acordo foi firmado, as



CÂMARA DOS DEPUTADOS

providências jurídicas e legislativas foram tomadas e, como estava planejado, o Cespe - em consórcio com a Cesgranrio - foi contratado sem licitação para preparar o Enem de 2011, a um custo de R\$ 372,5 milhões.

Esse valor é três vezes superior ao que foi gasto pelo MEC no último Enem, que custou R\$ 128,5 milhões. A diferença é tão grande que o Tribunal de Contas da União (TCU) determinou a suspensão do pagamento, até que o órgão se manifeste sobre a "adequação dos valores". O MEC alegou que a elevação dos gastos com o Enem se deve ao fato de que o teste passará a ser realizado duas vezes por ano. Mesmo assim, o relator, ministro José Jorge, considerou o aumento injustificável. Ele também criticou as manobras jurídicas do MEC para justificar a contratação do Cespe sem licitação e lembrou que a controladoria do TCU já havia advertido as autoridades educacionais para que não voltassem a recorrer a "subterfúgios legais" para autorizar a dispensa de licitação. Em resposta, Haddad afirmou que os gastos do Enem equivalem "à metade do custo de qualquer vestibular", que só o consórcio Cespe/Cesgranrio está apto a preparar o exame e que espera de Jorge uma "abertura ao diálogo".

Na realidade, o problema não é de falta de diálogo entre os dois ministros, mas da pretensão do MEC de agir ao arrepio da lei e de tentar, por vias indiretas, abrir caminho para a estatização do setor de preparação de concursos. Afinal, gozando das vantagens das empresas estatais, com o privilégio de preferência na venda de serviços ao MEC, e dos benefícios tributários de uma fundação educacional, a "Concursosobrás" pode açambarcar o mercado, pondo fim à concorrência entre as fundações surgidas nos meios universitários e que atuam na mesma área do Cespe.

Quando os planos para o próximo Enem foram anunciados, há alguns meses, especialistas alegaram que o MEC estaria mais uma vez cometendo trapalhadas administrativas, acabando com o que ainda resta de credibilidade dos mecanismos de avaliação. A suspensão do pagamento do contrato do Cespe, determinada pelo TCU, mostra a procedência das críticas."

Mais recentemente o Exame Nacional do Ensino Médio foi alvo de denúncias de vazamento de questões, como publicado no jornal "Folha de São Paulo" em 28 de outubro de 2011:

Ministério Público pede anulação do Enem

Para procurador, realização de novas provas apenas para estudantes de colégio de Fortaleza 'não corrige problema'
Pais e alunos afirmam que estudantes de outras escolas da cidade também tiveram acesso às questões do exame



CÂMARA DOS DEPUTADOS

FÁBIO GUIBU

ENVIADO ESPECIAL A FORTALEZA

O Ministério Público Federal no Ceará pediu à Justiça a anulação total ou parcial das provas do Enem deste ano. Na ação, o procurador Oscar Costa Filho pede também que a determinação do Ministério da Educação -para a realização de novas provas para os 639 alunos do Colégio Christus que tiveram acesso antecipado a questões do exame- seja anulada.

Para o procurador, a decisão do ministério "não corrige" o problema e trata de forma desigual participantes de um concurso nacional. "Os estudantes [do Christus] não têm nada com isso e estão sendo tratados como cúmplices", afirmou.

Para o ministro da Educação Fernando Haddad, é possível reaplicar o Enem para um grupo de pessoas que tenha sido prejudicado ou se beneficiado por alguma falha.

O procurador defende que as 14 questões usadas no simulado da escola que constaram do Enem dias depois sejam anuladas para todos os 4 milhões de estudantes que participaram do exame. O Enem teve 180 questões.

'BULLYING'

Pais e alunos do colégio Christus, em Fortaleza, afirmam que as questões do Enem também vazaram para estudantes de outras escolas. "Todos [estudantes] trocam informações, independentemente da escola", diz a advogada Iris Gadelha, mãe de uma aluna do Christus. A advogada e um grupo de pais reuniram-se com representantes da escola e pediram acompanhamento psicológico para os filhos, que, segundo ela, estão "desmotivados" e sendo alvo de "bullying".

"São taxados de patricinhas e mauricinhos", afirma. A presença da imprensa em frente à escola incomodou pais e alunos. Ontem, houve confusão na saída do turno da manhã, quando duas alunas e uma mãe tentaram tomar a câmera de um fotógrafo.

Nenhum estudante ouvido pela Folha responsabiliza a escola pelo problema.

E por fim, no dia 02 de novembro de 2011, o jornal Correio Braziliense divulgou a seguinte notícia:

MEC pagou sertanejos para proteger dados

A Jeta Soluções e Serviços em Tecnologia da Informação LTDA., que funciona numa sala no Nucleo Bandeirante, vendeu um sistema de proteção a e-mails ao Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (Inep), órgão responsável pelo Enem. Dirigida pelos músicos sertanejos Gilvanio Santos Viana Filho E José Francisco Alves Filho, a Jeta está habilitada a negociar R\$ 6,4 milhões com o Ministério da Educação. O Correio revelou ontem que outras duas empresas de fachada conseguiram contratos na área de tecnologia com o Inep.

Músicos sertanejos protegem rede do Inep

Órgão responsável pela realização do Enem contratou empresa de informática registrada em nome de dois artistas



CÂMARA DOS DEPUTADOS

do interior de Minas Gerais por R\$ 6,4 milhões para proteger sistema contra ameaças virtuais, como spams e vírus

» Alana Rizzo

» Luiz Ribeiro

» Juliana Braga

Brasília e Montes Claros (MG) — No mesmo pregão em que o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (Inep) contratou empresas de fachada para prestar a segurança da informação na internet, o órgão, vinculado ao Ministério da Educação, entregou outro lote para uma empresa registrada em nome de músicos sertanejos. Segundo a Junta Comercial do Distrito Federal, a Jeta Soluções e Serviços em Tecnologia da Informação Ltda. é comandada desde julho deste ano por Gilvanio Santos Viana Filho e José Francisco Alves Filho. Os dois são do Norte de Minas e atuam na área musical há mais de 10 anos. Gil era da dupla "Gil e Erick" e José, conhecido também como "Chico Terra", o produtor.

Com capital de R\$ 30 mil, a Jeta nunca tinha trabalhado para o serviço público. A primeira disputa foi a licitação do Inep. Abocanhou logo um registro de preços de R\$ 6,4 milhões, o que significa dizer que, durante um ano, o órgão poderá contratar a empresa para prestar esse serviço sem uma nova licitação. O primeiro contrato foi publicado em 3 de outubro no Diário Oficial da União no valor de R\$ 135 mil. Desde que compraram a empresa, a Jeta passou a funcionar em uma sala, de aproximadamente oito metros quadrados, no Núcleo Bandeirante. O diretor Bruno Pestrane, 23 anos, explicou que a empresa é representante comercial e que o serviço que prestou para o Inep foi a revenda de um sistema de antispam e proteção de e-mail, além de consultoria para a manutenção. A instalação dos programas foi concluída, segundo ele, há pouco mais de um mês. Pestrane afirma que o preço está muito abaixo do mercado e que, apesar de ser diretor, não sabia precisar quantos funcionários a empresa tem. "São menos de 20", disse, completando que os proprietários estariam viajando para Goiás.

O Correio tentou localizar os donos da empresa — Gilvanio e José Francisco — no endereço registrado na Junta Comercial, um apartamento onde os dois morariam. O endereço em Vicente Pires estava incompleto, sem o número da rua. Bruno afirmou que os dois não moram lá, e que o apartamento seria apenas um local de apoio. Disse conhecer o apartamento, mas não soube informar o número da rua, nem como chegar lá. Bruno também tinha pouco a dizer em relação à carreira musical dos donos. Disse que conhecia José Francisco apenas como "Zé Francisco" e que



CÂMARA DOS DEPUTADOS

nunca tinha ouvido falar sobre "Chico Terra". "Ele toca violão, mas não sei se é músico", relatou. Quando questionado sobre a dupla "Gil e Erick", Bruno desligou o telefone e não atendeu mais as ligações. A reportagem deixou pelo menos três recados no celular de Bruno, José Francisco e Gilvanio. Ninguém retornou as ligações.

O sertanejo Gilvanio Filho: dupla desfeita e negócios com o governo

Valores altos

Em Montes Claros, a carreira musical dos dois é mais conhecida. O apartamento de Gilvanio está alugado há oito meses, mesmo período em que ele estaria em Brasília, segundo vizinhos. A dupla sertaneja teria sido desfeita e Gil estaria em busca de novas parcerias. Amigos de José Francisco disseram que ele está trabalhando entre Goiás e Brasília, mas sempre com música. Um advogado, que preferiu não se identificar, afirmou que ele teria aberto uma empresa na capital federal. Consta no nome dele uma outra empresa: a Suprema Corte Records.

Empresários da área de informática ouvidos pelo Correio afirmam que os preços registrados no Pregão 15/2011 do Inep estão muito além do praticado no mercado na área de segurança de rede. O valor total da licitação é R\$ 42,6 milhões. Quatro empresas venceram a disputa. Além da Jeta, a Monal Informática e da DNA Soluções Inteligentes, mostradas ontem, também fecharam contratos para fornecer programa de computador. As empresas são comandadas por André Sousa Silva.

Serviços em dia

O Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (Inep), do Ministério da Educação, afirma que as empresas contratadas atenderam às exigências do edital. Em nota, a assessoria de imprensa da pasta afirma que as vencedoras também cumpriram as condições assumidas perante a licitação inclusive com as garantias exigidas e os indicadores econômicos (índices de liquidez geral, corrente e solvência geral) superiores ao exigido no edital.

Com relação à Jeta Soluções, o MEC disse que a empresa prestou serviço de solução integrada de hardware e software desenvolvida para proteger e-mails contra spam, vírus, falsificação, phishing e ataques de spyware. O contrato foi assinado por José Francisco Alves Silva e Giovani Santos Viana Filho. A grafia do último nome informado pela pasta é diferente do registrado na Junta Comercial do DF: Gilvânio Santos Viana Filho. A nota da assessoria afirma ainda que as aquisições foram realizadas com preços inferiores aos praticados no mercado.



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Regularização

O advogado de Andre Luis Sousa, Expedito Júnior, informou que a situação das empresas DNA Soluções Inteligentes e Monal Informática estão sendo regularizadas na Junta Comercial. A sede da Monal foi transferida para um "escritório virtual" na Asa Norte. "O André não é fantasma e nem as empresas são de fachada," disse, afirmando que a Monal é uma empresa "sólida" e que presta diversos serviços para a iniciativa privada. Ele, no entanto, não soube precisar quantos contratos e nem o nome dos clientes. (AR)"

Todos estes fatos revelam que o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais – INEP, órgão público federal vinculado ao Ministério da Educação, tem sido palco de inúmeras irregularidades as quais têm imposto vultoso prejuízo ao erário.

Diante dos fatos, é de fundamental importância que o Ministro de Educação, Senhor Fernando Haddad, venha a esta Comissão, com a urgência que os fatos requerem, para esclarecer sobre as medidas administrativas que estão sendo tomadas pelo MEC para cumprir as determinações apontadas pelo Tribunal de Contas da União (TCU) e sanar as falhas que, ano a ano, vem sido constatadas na aplicação do Exame Nacional de Ensino Médio.

Sala das Sessões, em 07 de outubro de 2011.



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Deputado **DUARTE NOGUEIRA**
PSDB/SP